

SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA: O CASO DO MUNICÍPIO DE VALE DO SOL¹

*Wanderleia Elizabeth Brinckmann*²

Neste trabalho buscamos compreender a realidade específica dos pequenos produtores familiares da região serrana do município de Vale do Sol e sua inserção no contexto maior dominado pelo capital monopolista fumageiro. Localizado entre a Depressão Central e Encosta do Planalto Meridional no Estado do Rio Grande do Sul, este município que integra a região do Vale do Rio Pardo enfrenta grandes desafios. Um deles diz respeito à gestão das propriedades de forma a garantir uma agricultura competitiva no mercado regional e o outro desafio é o de administrar os recursos da região dentro de um princípio de sustentabilidade.

Para compreender esta realidade, tornou-se necessário recorrer ao passado a fim de buscar nele os diversos momentos que, sucessivamente interagindo, deram origem ao concreto atual, isto porque, quem determina a existência do espaço são os sujeitos sociais que nele atuam, transformando-o, dando-lhe novos sentidos de acordo com as suas necessidades.

Optamos, portanto, pelo estudo de caso e pela pesquisa participante, realizados durante o ano de 1996, como método para investigar a situação individual de 78 produtores familiares por acreditarmos ser este um dos melhores caminhos para observarmos as particularidades deste grupo que se dedica à agricultura, baseando-se em estratégias sustentáveis de produção.

Para apreender essas estratégias de produção alternativas, inseridas no contexto familiar de produção, definiu-se um espaço agrário, a região serrana do Município de Vale do Sol, região na qual vem sendo desenvolvido, desde 1993, um trabalho de assessoria, prestado pelo CAPA³ no sentido de preparar

¹ Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional - Área Tecno-Ambiental, sob a orientação do Prof.Dr. Dinizar Fermiano Becker e Co-orientação da Prof. Dr^a Virgínia Elisabeta Etges.

² Professora do Departamento de História e Geografia da UNISC. Coordenadora da Sub-comissão de organização do Comitê de Gerenciamento de Recursos Hídricos da sub-bacia Pardo/Baixo -Jacuí -UNISC.

³ CAPA - CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR- uma ONG ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

os pequenos produtores rurais para a auto-gestão da propriedade, para a organização associativista e para o trabalho com a agroecologia.

Sabemos que o estudo de caso é uma forma de investigação no qual a possibilidade de extrapolar os resultados obtidos é limitada, devendo-se por isso mesmo considerar estes resultados com muito cuidado. Entretanto, este é um método através do qual se pode obter um recorte ampliado da realidade e, desse modo, perceber pequenos detalhes que se perdem na utilização de dados secundários, mas que são extremamente importantes para estudar-se as especificidades regionais.

Assim, procuramos observar, por exemplo, se o agricultor tem acesso ao crédito agrícola, independente do volume que tenha recebido e onde este crédito é usado; se ele produz com objetivos mercantis ou de autoconsumo; ou, ainda, se ele se mantém exclusivamente através da produção agrícola ou se recorre ao assalariamento ou a outras atividades, sem se proceder aos cálculos de renda bruta, líquida ou per capita segundo membros da família; procuramos saber a que tipos de cultivos se dedica e quais as técnicas/estratégias produtivas que adota visando a geração de renda, assim como a sustentabilidade da propriedade. Procuramos saber quais são as perspectivas de vida destes pequenos produtores em relação ao futuro, em relação à produção de fumo e demais alternativas de sobrevivência na pequena propriedade.

Outra preocupação do estudo foi revelar especificidades relativas às condições e características dos produtores que não só confirmam questões teóricas relativas a sua existência como reafirmam a multiplicidade de situações que envolvem os pequenos produtores enquanto sujeitos sociais diferenciados. Nesse sentido, assumimos como linha teórica deste estudo aquela que afirma que o campesinato (pequeno produtor familiar) é uma classe social, que é criada e recriada na lógica contraditória do desenvolvimento capitalista, e que sua subordinação ao capital monopolista se dá via apropriação da renda da terra, quer pelo capital financeiro (via crédito bancário), quer pelo capital industrial ou comercial via baixos preços pagos pela sua produção. (MARTINS, 1981:175-6; OLIVEIRA, 1982: 182)

Observamos que as diferentes formas como se organiza o trabalho familiar e sua presença hoje são geradas e não eliminadas pelo processo de valorização do capital, principalmente o agroindustrial. Eles (os pequenos produtores familiares) são parte integrante do próprio movimento de acumulação capitalista que cria e recria relações não tipicamente capitalistas de produção tendo em vista a reprodução ampliada de capital via subordinação, neste caso, da renda da terra. Portanto, para entendermos esse processo de construção/reconstrução do campesinato, precisamos encará-lo não como uma categoria alienada da estrutura capitalista maior; ele não é uma condição; o pequeno produtor familiar é um processo em constante transformação/reconstrução e deve ser entendido como sujeito integrante do

processo de reprodução das relações sociais de produção.

É portanto neste devir que embasamos teórico-metodologicamente nosso trabalho, pois apreendendo a transformação da natureza em natureza socialmente produzida é que se abre, entre outras possibilidades de análise, uma perspectiva ecológica que, ao invés de se referir a ações de um vago gênero humano, irá mencionar os objetivos pelos quais se orientam os modos de apropriação e produção do meio natural/social.

O trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentamos os pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa. Investigando os principais autores que trabalham com a questão agrária, abordamos aspectos do processo de desenvolvimento da agricultura convencional (baseada na Revolução Verde) bem como das novas propostas que estão sendo discutidas hoje para a agricultura e para o desenvolvimento regional.

Para que pudéssemos compreender as especificidades das pequenas propriedades, indispensável se fez a abordagem do processo de colonização e de organização territorial da pequena propriedade familiar no Rio Grande do Sul e na microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul, da qual o Município de Vale do Sol faz parte. Abordagem esta que fazemos no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, analisamos a consolidação da economia regional através de dois elementos fundamentais: a agricultura familiar e a agroindústria fumageira discutindo sua influência na (re)organização do espaço agrário regional.

No quarto capítulo, apresentamos as considerações a respeito de nosso objeto de estudo: a pequena propriedade familiar. Neste capítulo analisamos as propriedades familiares no Município de Vale do Sol, destacando as características destas, na Região Serrana deste Município, nossa área de pesquisa.

Nas considerações finais, analisamos as potencialidades, limites e desafios para a agricultura familiar frente à proposta do Desenvolvimento Rural Sustentável. Analisando os desafios desta proposta apresentamos as estratégias adotadas pelas pequenas propriedades familiares da Região Serrana deste Município tendo em vista o desenvolvimento da agricultura com base numa estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável.